

43° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 08 – DIREITAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DIREITAS NO BRASIL: UM TERRENO EM DISPUTA

LETÍCIA BARON

1. Introdução:

O resultado final do processo de impeachment por que passou a então Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, demonstrou a mais aguda face da disputa política entre dois projetos de desenvolvimento nacional distintos e caracterizou a inevitável ascensão de partidos e projetos à direita (MIGUEL, 2019). O governo petista, que já vinha desgastado desde o questionado processo eleitoral de 2014, vinha enfrentando diversos desgastes internos e externos, principalmente pelos partidos e movimentos de oposição.

Diante da nova realidade colocada, compreender a natureza e reivindicações de tais movimentos se colocou como tarefa dos cientistas políticos brasileiros. Ainda que eles datem de muitos anos antes das referidas eleições, eles só ganharam relevância política após a significativa perda de apoio popular que o Partido dos Trabalhadores teve após a série de protestos que ficaram caracterizados como as “Jornadas de Junho de 2013 (AMARAL 2016, MENDONÇA 2015, TATAGIBA, TRINDADE, E TEIXEIRA 2015, TATAGIBA 2014, SINGER 2013, PINTO 2016, WARREN 2014) e o progressivo questionamento na capacidade do partido em apaziguar e controlar os conflitos sociais colocados (MIGUEL, 2019).

Ao se debruçar sobre o fenômeno dos movimentos à direita, o primeiro ponto de destaque é a percepção de que eles são plurais: são quatro grandes movimentos, que detém escala nacional e que chamam por manifestações por razões e pautas específicas, resguardado o ódio manifesto ao PT. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é identificar os pontos de aproximação e de distanciamento estabelecidos entre os quatro discursos, valendo-se da contribuição da teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

O presente artigo está dividido em três partes. A primeira delas visa a apresentação dos movimentos estudados, seguida por uma explicação teórico e metodológica. Por fim, há a demonstração do funcionamento das lógicas de equivalência e da diferença que constituem os quatro discursos analisados.

2. Os movimentos que protagonizaram as grandes manifestações pró-impeachment:

Talvez uma das maiores novidades no contexto brasileiro atual seja a emergência de uma corrente que proclame sua posição ideológica à direita no espectro político. Esse

orgulho direitista parece contrastar com a história de uma sociedade na qual a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa. A exemplo disso, pesquisas de opinião conduzidas no Congresso Nacional apontam que os parlamentares, no início da década de 1990, preferissem serem classificados como partidos “de centro” em detrimento de seu evidente posicionamento no campo da direita (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000).

Essa retração na demarcação do posicionamento ideológico persistiu no início dos anos 2000. No ano de 2003 – dando início a um ciclo que se repetiria em outros países da América Latina e que ficou conhecido como “maré rosa” (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; WEYLAND, 2009) – o PT assumiu a chefia do Poder Executivo Nacional. Após mais de dez anos de governança petista, o partido começou a apresentar os primeiros sinais de desgaste, visto que ficou gradativamente mais complicado conter os efeitos da crise global sobre a economia local, comprometendo a promessa de desenvolvimentismo firmada nos anos anteriores (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Em alguma medida, esse efeito foi sentido em toda a América Latina, que passou a vivenciar progressivamente o ressurgimento de uma nova direita que passou a defender uma concepção de mundo amplamente baseada nas críticas às reformas e programas sociais e aos direitos de minorias garantidos pelas esquerdas que governavam a região (PANIZZA, 2005).

No Brasil, os primeiros indícios de uma nova organização de direita pôde ser sentido a partir de 2007, com a criação de coletivos de contestação das políticas governamentais. A primeira aparição pública de cunho anti-governista se deu no dia 29 de junho de 2007, por ocasião de uma manifestação relembrando as 119 vítimas do maior acidente aéreo da história brasileira (OLIVEIRA, 2007). Entoando gritos de ordem requerendo o fim da corrupção e a saída do então Presidente Lula, foi fundado naquele ato o coletivo CANSEI, autoidentificado como um Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Foi organizada pelo movimento uma segunda manifestação, no dia 17 de agosto de 2007 na Praça da Sé (São Paulo – SP), na qual foi relembrado a passagem de um mês do acidente da Tam e foi também exigida a condenação de políticos corruptos (CAPRIGLIONE, et al., 18/08/2007).

Os sujeitos tocados com o discurso iniciado nas ruas em 2007 seguiram contestando as políticas governamentais e a promessa de hegemonia petista. Em 01 de agosto de 2010, foi criado o movimento Revoltados OnLine (ROL), caracterizado como

um movimento anti petista de atuação majoritariamente virtual (DIAS, 2017). Apesar de a organização possuir células em cidades no Brasil e no exterior, ela é altamente hierarquizada (idem) e centralizada nos coordenadores Marcello Reis, Beatriz Kicis, Patrícia Mello, Rodrigo Brasil e Valéria Andrade (ABRANTES, 2015; POLETTI, 2016; REDAÇÃO ÉPOCA, 2016). Autodenominando-se como a primeira organização virtual de combate a corrupção que vai com tudo pra cima dos corruptos, o ROL se articulou em torno de importantes demandas políticas nacionais desde sua criação, protagonizando importantes espaços nas manifestações que ocorreram no Brasil em 2015 e 2016.

Dois anos mais tarde, Ricardo Salles funda o Movimento Endireita Brasil (MEB), que se auto intitula uma organização de direito privado sem fins lucrativos ou vínculos partidários comprometida com a difusão do ideário conservador e de direita no Brasil (MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL, 2012). O movimento tem por objetivo, dentre outros, a doutrinação, a educação e a formação políticas, a orientação da cidadania, os direitos humanos do cidadão de bem, a manutenção da família constituída por marido e mulher, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e social com ênfase na iniciativa privada, a defesa dos valores éticos e morais e a luta intransigente contra a corrupção (ESTATUTO INSTITUTO ENDIREITA BRASIL, artigo 2º, caput). O Estatuto prevê uma estrutura organizacional capilarizada, no qual consta uma sede nacional (situada na cidade de Fortaleza-CE), Diretórios Estaduais e Municipais (ESTATUTO INSTITUTO ENDIREITA BRASIL, artigo 4º). Contudo, os estudos sobre o movimento apontam que suas ações e estratégias se concentram na Executiva Nacional (BUENO, 2016). O movimento se articula em torno de demandas de cunho liberal, como a diminuição do Estado brasileiro, redução das cargas tributárias e a expansão de liberdades individuais, como a posse de armas por civis (LIMA; AGOSTINE; VIRI, 2015).

O Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem pra Rua (MVR) foram criados em 2014, em decorrência do resultado eleitoral que conduziu Dilma Rousseff à chefia do Poder Executivo, tendo por objetivo principal questionar a lisura do pleito que a elegeu e a inviolabilidade da urna eletrônica.

Valendo do discurso presente nas manifestações de 2013 – principalmente as críticas às políticas sociais, à corrupção e à gestão do governo nacional – o MBL foi criado no final do ano de 2014, por iniciativa de Juliano Torres, Fábio Ostemann, Felipe França e Renan Santos (GOBBI, 2016). O MBL se colocou como um movimento de

pessoas livres e iguais (MBL, 2014), caracterizando através de sua descrição a diversidade populacional brasileira (MOURA; YAMAMIOTO, 2016).

Por sua vez, o MVR foi criado em setembro de 2014, comprometido com a luta contra a corrupção e pela promoção da ética na política, privilegiando um Estado desinchado, não interventor e redutor dos impostos (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). O movimento chamou importantes manifestações após o resultado das eleições presidenciais de 2014, aproveitando-se do clima de polarização, notícias desfavoráveis e queda da popularidade e favoritismo de Dilma (idem).

A primeira ação conjunta dos movimentos – a exceção do MEB, que passou a requerer a saída da Presidente Dilma somente em 2015 – datou do dia 01 de novembro, quando foi chamada uma manifestação na Avenida Paulista. Ela contou com a participação de aproximadamente 2.500 pessoas, demandando o *impeachment* da presidenta eleita e a extinção do PT (URIBE; LIMA; LIMA, 2014). O ato foi repetido no dia 15 e 29 de novembro (CHAPOLA; KATTAH, 2014) e no dia 06 de dezembro de 2014 (LIMA; MACHADO, 2014).

Ao longo do ano de 2015, os movimentos oposicionistas ganharam maior espaço midiático e ampliaram sua atuação nas mídias sociais. A aceitação de seu discurso foi reforçada pela crise econômica e a consequente decisão do governo de adotar um conjunto de medidas fiscais (tais como o aumento nos impostos e o corte nos gastos com programas sociais) que geraram um forte descontentamento popular (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Muitos protestos ocorreram em 2015, o que levou a literatura sobre movimentos sociais considerar esse o principal período de manifestações de direita desde a redemocratização (idem). A primeira daquele ano ocorreu no dia 15 de março e levou aproximadamente 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), configurando-se na maior manifestação desde as Diretas Já conforme o Datafolha (BRAGA, 2015). Uma semana depois, foi realizada uma nova pesquisa de opinião, segundo a qual somente 13% dos brasileiros consideravam o governo federal bom ou ótimo (IBOPE, março de 2015).

Um painel foi feito na noite do dia 06 de agosto de 2015, por ocasião da exibição de um programa eleitoral do PT em rede Nacional com duração de dez minutos (WHITAKER, 2015). Ele serviu como uma espécie de prévia para a terceira grande

mobilização de rua que ocorreria dez dias depois, em todas as unidades da federação, e envolveria um público de aproximadamente 879 mil pessoas (BUSCATO; et al., 2015).

Na manhã do dia 02 de dezembro de 2015, Dilma Rousseff recebe a notícia que o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, recebeu a denúncia para dar início ao seu *impeachment* (GOIS; FERNANDES, 2015). Nove meses depois, no dia 31 de agosto de 2016, se processa a condenação e o afastamento definitivo da líder petista. Ao longo do processamento da denúncia, foram realizadas seis grandes manifestações nas capitais brasileiras, além de serem organizados acampamentos e agitações virtuais motivando a população a se colocar favorável à cassação da Presidenta Dilma. Nesse período, em especial, os movimentos influíram de forma consistente nos rumos políticos nacionais e articularam segmentos populacionais dispersos em torno de demandas em comum relacionadas a defesa de um projeto democrático e de desenvolvimento nacional.

3. Considerações teórico-metodológicas:

As grandes manifestações organizadas enquanto tramitava o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma tiveram, em comum, o clamor pelo afastamento definitivo da candidata petista, a prisão do Ex-Presidente Lula e a garantia do prosseguimento das investigações vinculadas à Operação Lava-Jato (DIAS, 2017). Diferentes movimentos, de histórias e influências distintas se articularam para disputar a opinião pública em torno do apoio a cassação da Presidenta da República, promovendo uma ampla campanha virtual e nas ruas. Constituindo como inimigos a militância de esquerda e petista que denunciava a utilização de meios ilegítimos para afastar a então Presidente, os movimentos promoveram agitações e fomentaram um sentimento de ojeriza e escárnio em relação a todos aqueles que não compactuavam com sua perspectiva de mundo.

Em contextos discursivos predominadas pela disputa em torno de duas ideias incompatíveis – no qual o objetivo de uma é destruir a outra - ganha especial relevância explicativa as ferramentas desenvolvidas por Laclau e Mouffe (WENMAN, 2013). Para os dois autores, de grosso modo, o vencedor da disputa é aquele que conseguiu dominar o processo de significação discursiva, constituindo uma hegemonia. Tomando-se o exemplo dos movimentos estudados, tem-se que articulação de sentidos por eles promovida objetivava dominar a significação em torno do *impeachment*, convencendo

um considerável número de pessoas acerca da existência de prática de crime de responsabilidade pela então Presidente Dilma e pela necessidade de seu afastamento definitivo.

Por pressupor a existência de conflitos entre dois campos discursivos distintos – aqui compreendidos como os pró *impeachment* e os contrários ao golpe – a teoria do discurso apresenta importantes ferramentas teóricas que auxiliam na compreensão de fenômenos complexos, destacando-se as noções de discurso, antagonismo, relações de diferença e equivalência e hegemonia.

A primeira definição a ser esclarecida é a de discurso. Afastando-se das correntes linguísticas tradicionais, os autores defendem que “por discurso não se designa somente a palavra ou a escrita, mas todo o tipo de ligação entre as palavras e ações, formando assim totalidades discursivas” (LACLAU, 2000, p. 10 *apud* MENDONÇA, 2003). Disso se depreende que o discurso não é o enunciado proferido pelos movimentos, mas sim – no âmbito da teoria – os movimentos *per se*.

A fixação de sentidos parciais se dá por meio de uma prática articulatória. A articulação, segundo os autores, se estabelece entre elementos que, até então, estavam dispersos um em relação ao outro, de forma aleatória, no campo da discursividade. Ela agrega esses elementos – antes dispersos – e os transforma em momentos. Essa transformação resulta na “modificação de identidades, ou melhor, em uma alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao seu ingresso na prática articulatória” (MENDONÇA, 2003, p. 141). O discurso, por sua vez, “é a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória.” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 178).

Disso decorre uma importante consequência: é no interior do discurso que se dá a produção de sentido, que jamais será completa pela impossibilidade de se atingir o sentido último. Assim sendo, a estrutura discursiva somente fixa sentidos parciais, viabilizando a flutuação das diferenças. Laclau e Mouffe esclarecem que “a transformação de elementos em momentos nunca é completa” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 194). Isso quer dizer que as identidades se constituem através de uma prática articulatória que, em um dado momento, as uniu em torno de um ponto nodal que expressa um sentido comum entre elas. Contudo, suas diferenças não são apagadas, pela própria presença de elementos.

Transpondo a explicação teórica dos autores ao campo a ser estudado, tem-se que cada um dos movimentos se constitui enquanto discursos autônomos. Contudo, quando

esses passam a significar de forma semelhante certos temas, eles se aproximam. Essa aproximação, em determinados momentos políticos específicos, é tão aguda que eles se confundem como se fossem um único discurso. Isso é explicado pela noção de antagonismo.

Segundo Laclau e Mouffe, antagonismo é “o limite de toda a objetividade” (LACLAU, MOFFE, 2015, p. 198). Pode-se dizer de outra forma que a formação discursiva tem, em dado momento, bloqueada a produção de sentidos pela existência de um discurso que o antepõe. Segundo os autores (2015, p. 125), “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas”. Isso quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico: um discurso surge com a pretensão de preencher todos os sentidos que permitam sua completa universalização. Contudo, o antagonismo – assim como a contingência e a precariedade – inviabilizam a concretização de sua pretensão.

O antagonismo é pré-condição para que se operacionalize entre diferentes discursos relações de equivalência. Elas se dão entre diferentes que, em determinados momentos, compartilham sentidos afins. No caso dos movimentos estudados, tem-se que esses se aproximaram em decorrência de um inimigo comum (ou, utilizando-se da nomenclatura da teoria do discurso, um discurso antagônico) expresso pelo discurso de esquerda. Tomando-se, por exemplo, os movimentos estudados, tem-se que eles atenuam suas diferenças em decorrência da bipolarização política vivenciada pelo país ao longo do processo de cassação da então Presidenta Dilma Rousseff, unificando esforços para atingir um objetivo comum: hegemonizar o discurso em torno do *impeachment* de tal forma que ficasse evidente a todos a imperiosidade de seu provimento.

Nesse sentido, se introduz a última categoria desenvolvida e que serve como substrato teórico de análise no presente artigo: a noção de hegemonia. O campo hegemônico se constitui, necessariamente, quando há duas forças antagônicas e as fronteiras que as separam são instáveis. Explicam os autores que o campo discursivo deve estar preenchido por elementos flutuantes, que podem ser articulados em relações equivalenciais por campos opostos (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 215). Hegemonizar um conteúdo equivale, nesse sentido, em fixar sua significação em torno de um ponto nodal (LACLAU, 2003, p. 45).

O desenvolvimento das categorias anteriores permite inferir que as identidades, no âmbito da teoria do discurso, se constituem de forma relacional: há uma pretensão de universalização dos discursos particulares, nunca concretizado pela presença do antagonismo e pela contingência e precariedade que caracteriza toda a prática discursiva. Nesse contexto, a hegemonia se estabelece quando uma determinada identidade – a partir do estabelecimento de relações equivalênciais – passa a representar múltiplas identidades. Conforme Laclau: “entendo por ‘hegemonia’ uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2001, p. 122).

Eis que o processo de constituição de uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue, por meio de uma relação de equivalência, representar discursos ou identidades até então dispersas. Esta organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar sua significação e, a partir dela, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si.

O objetivo da presente pesquisa é compreender como os movimentos significam e buscam a hegemonia do discurso sobre os sentidos articulados em torno do significante partidos políticos. Tem-se certo que os movimentos guardam grandes críticas ao PT, mas em um contexto de graves denúncias de corrupção, sua descrença também abarca outros partidos ou até mesmo a totalidade da classe política? Para responder a tal questionamento, foram coletadas todas as postagens dos movimentos na rede social *Facebook* realizadas enquanto tramitou o processo de *impeachment*. A rede social foi escolhida porque ela se constitui em um importante meio de comunicação e agitação entre as lideranças dos movimentos e usuários simpáticos a causa, sendo a principal responsável pelo sucesso nas manifestações. O período foi selecionado porque se considera que, com o recebimento da denúncia do *impeachment* e com as grandes manifestações que a seguiram, houve uma significativa influência dos movimentos na vida política nacional. Ao total, foram analisadas 5.266 postagens, distribuídas ao longo dos meses da seguinte maneira (Tabela 1):

Tabela 1 – Quantidade de postagens coletadas nas páginas oficiais dos movimentos no período analisado

	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago
MBL	224	193	148	219	243	187	231	239	247
VRB	173	157	132	136	185	143	155	207	216

R.OI	82	63	46	54	86	39	53	72	97
MEB	143	137	97	114	156	119	126	184	163

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados coletados foram sistematizados em uma tabela do *Excel* e importados para análise no software *NVivo*. No interior do programa, cada uma das postagens foi analisada e classificada de acordo com os sentidos presentes. A utilização do *software*, nesse momento, foi crucial porque ele apresenta uma ferramenta – denominada nós ou *nodes* – que propicia a criação livre de categorias que tenham por condão aproximar postagens com temáticas afins. A metodologia se construiu conforme a indicação dos próprios discursos, visto que análise individual de cada postagem indicou os sentidos discursivos presentes e eles foram – de acordo com suas particularidades – classificados em distintos nós. Ao fim do trabalho, verificou-se a existência de nove nós, analisados no tópico abaixo.

Por fim, aproximando o material coletado da teoria, buscou-se identificar se os sentidos constituíam os quatro discursos, colocando-os em relações de equivalência ou de diferença. Em última instância, buscava-se verificar se os movimentos buscavam atingir a hegemonia no processo de significação e quais as estratégias empregadas para tanto.

4. O que dizem os discursos:

A análise dos sentidos discursivos mobilizados pelos quatro movimentos ao longo do período em que tramitou o processo de impeachment de Dilma Rousseff demonstra um forte antagonismo em relação às políticas petistas, ao mesmo tempo que desvela certas divergências em relação a certos temas na seara dos costumes e da economia. Antes de adentrar no processo de significação em si, demonstrar-se-á a cobertura de cada sentido em relação a cada discurso:

Tabela 2 – Cobertura de cada nó em relação ao discurso total (%)

	MBL	VRB	ROL	MEB	TOTAL
Impeachment	16,4	7,3	4,6	11,4	39,7
Antipetismo	3,6	4,3	1,9	4,1	13,9

Esquerda	2,4	2,3	1,5	2,1	8,3
América Latina	2,1	1,2	0,8	1,3	5,4
Defesa de projetos de leis	3,5	3,1	1,7	2,5	10,8
Projeto político	3,2	2,3	1,8	2,4	9,7
Projeto econômico	2,3	1,9	-	-	4,2
Moral e religião	-	-	2,1	2,2	4,3

Elaborado pela autora (n= 5.266)

Fonte:www.facebook.com

O contexto de ampla polarização nacional no período em que tramitou o processo de impeachment influenciou a constituição dos discursos dos quatro movimentos analisados, tendo em conta a centralidade da pauta do impeachment e a busca de conter a propagação do discurso de esquerda no país. A tabela indica que as demandas compartilhadas são muito mais recorrentes e as distinções entre eles assumem caráter muito sutil. Os sentidos América Latina, antipetismo, corrupção, defesa de projetos de leis, esquerda e *impeachment* somam 81,8% da cobertura total dos sentidos discursivos que constituem os quatro movimentos, o que equivale a 4.616 codificações nesta pesquisa.

Da mesma forma, resta evidenciado que os processos de identificação no período tiveram muita influência do corte antagônico, visto que 66% da cobertura dos sentidos discursivos analisados se dá em torno do impeachment e do antipetismo.

O sentimento antipetista – fortemente evocado no período em que tramitou o processo de cassação da presidente Dilma – já tem registros no cenário político de 2014 (Paiva, Krause, e Lameirão 2016). Incapaz de manter as taxas de crescimento nos mesmos patamares do governo anterior, principalmente por conta da redução dos valores das commodities, dos reflexos da crise mundial de 2008 e do esgotamento do consumo do mercado interno (Carvalho 2018), o governo Dilma passa a receber diversas críticas por sua política econômica benevolente com o setor financeiro e muito onerosa em relação

ao setor produtivo, em especial aos médio e microempresários. Outro elemento muito recorrente no discurso antipetista dos quatro movimentos é a vinculação entre a cúpula do PT e a prática de corrupção, principalmente após as denúncias e delações realizadas durante o Mensalão e o Petrolão. A capacidade governativa e de composição de maiorias nas Casas Legislativas são constantemente questionadas pelas lideranças dos movimentos, que constroem um aparato retórico, visando convencer seus seguidores sobre os benefícios do fim prematuro do governo petista, vinculando a sua saída com uma necessária melhora no cenário econômico e uma maior moralização das relações políticas, que estariam sendo afetadas por uma epidemia corrupta que havia se iniciado ao longo do primeiro governo Lula e se agravado nas legislaturas seguintes.

Se o grande inimigo nacional se materializa nas políticas e práticas governativas do PT, é igualmente certo que os movimentos se colocam como opositores da esquerda. Seus membros são significados por eles como pessoas “descomprometidas com a democracia, que buscam o proveito próprio através da defesa das drogas, da prostituição e do comunismo” (MEB, postado no Facebook em 19/06/16). As lideranças políticas, movimentos sociais ou demandas coletivas identificadas com a ideologia de esquerda são, durante o período, automaticamente remetidas à condição de apoiadores ou simpatizantes do PT, recaindo também sobre elas a ojeriza alimentada em relação ao partido. No plano internacional, especificamente na América Latina, os movimentos se colocam, no período do *impeachment*, como defensores da democracia e tecem diversas críticas sobre os regimes vigentes na Venezuela e em Cuba. O governo liberal instaurado na Argentina, a partir de janeiro de 2016, liderado por Mauricio Macri, é compreendido como a salvação do republicanismo latino e exaltado como um exemplo a ser seguido em oposição aos demais governos identificados pela literatura como pertencentes ao ciclo progressista (Levitsky, e Roberts 2011).

No período analisado, garantir o afastamento da líder petista se configura no maior objetivo dos quatro movimentos, razão pela qual a temática esteve presente em 49% do material analisado. Dentre as táticas utilizadas pelos movimentos para articular seus seguidores em torno da causa, constam o convencimento dos parlamentares através de visitas aos gabinetes, mensagens via Whatsapp ou envio de e-mails; constrangimento dos parlamentares comprometidos com o governo mediante a divulgação de suas fotos nas redes sociais ou em outdoors localizados em pontos de grande circulação nos principais centros nacionais; organização de grandes manifestações populares e a constante

denúncia e demarcação acerca da existência de crime de responsabilidade, substrato jurídico que embasava o processo que tramitava nas Câmaras Legislativas. Quando se pensa o deslinde do presente feito, o papel desempenhado pelos movimentos é indispensável para gerar desconforto institucional e tornar mais dificultosa – senão impossível – a reversão do quadro em favor da manutenção do cargo da presidente Dilma (Miguel 2018).

Há de se destacar que os movimentos também adotaram uma postura propositiva em relação à pauta legislativa. Dentre os projetos defendidos por eles consta a defesa de reformas na Lei Rouanet para estipular critérios mais precisos de concessão de dinheiro público, a regulamentação do uso e do porte de armas no Brasil, a defesa de projeto de lei que aumenta os rigores na punição das práticas corruptivas, denominado “10 Medidas contra a Corrupção” e também na defesa do projeto de lei “Escola Sem Partido”, cujo objetivo é restringir a liberdade do professor para tratar e se posicionar sobre temas polêmicos em sala de aula. Em relação a este último projeto de lei, a análise dos sentidos discursivos indica uma diferenciação entre os quatro movimentos: embora todos eles apoiem a aprovação do projeto, a razão para tanto era distinta. Enquanto o ROL e MEB visam a aprovar a proposta legislativa para evitar que temas como a sexualidade e adoção de crianças por casais do mesmo sexo fossem tratados em sala de aula, o MBL e o MVR buscam a aprovação do projeto como medida indispensável para conter o comunismo. Os sentidos que estão presentes em dois dos movimentos não se verificam nos outros, o que já traz um indicativo de posicionamentos – senão divergentes – distintos sobre alguns temas, apagados pelo momento de ampla polarização vivida que aproxima os diferentes, visando à constituição da hegemonia discursiva em relação a um inimigo comum.

Nesse sentido, é de se frisar que a peculiaridade do momento condicionou um apagamento das diferenças entre os quatro discursos. Por conta disso, a cobertura dos nós – moral e religião, projeto político-administrativo e projeto econômico – é significativamente menor: somente 18,2% da cobertura total tem por condão demonstrar as particularidades de cada um dos quatro discursos. Em números absolutos, isso equivale a 1.027 codificações.

Considerando que os temas que trazem posicionamentos divergentes não foram colocados no centro do debate público durante o período do *impeachment*, é importante destacar que a análise dos sentidos discursivos que constituem tais temas é mais aguçada e, por vezes, mais complexa. Ocorre que, enquanto as relações de equivalências se dão

de forma horizontal, as relações de diferenças entre os quatro discursos se constituem a partir de antagonismos protagonizados pelos próprios movimentos. Isso faz, por conseguinte, com que surjam novas exclusões e novas relações de equivalências entre eles.

Os dados que constam na tabela demonstram que o antagonismo, neste caso, se coloca entre duas visões divergentes sobre a interlocução possível entre moral e política. Enquanto o ROL e o MEB acreditam que a moral conservadora deve ser objeto de normas e políticas públicas estatais, os movimentos MBL e MVR atribuem ao âmbito privado o entendimento sobre tais questões. São duas perspectivas antagônicas que não podem conviver na arena política.

Contudo, até mesmo entre o ROL e o MEB – colocados em relação de equivalência em torno da intervenção estatal em relação aos assuntos morais – apresentam distinções: enquanto o primeiro frisa questões referentes à proibição do aborto e a formação familiar composta por homem e mulher, o segundo reafirma os valores cristãos, questiona os direitos dos presos – compreendidos como privilégios – e pede pela pena de morte aos criminosos graves. O MBL e o MVR, por outro lado, convergem sobre o entendimento de que nem todas as matérias são objeto de regulamentação estatal. Contudo, o MBL constitui seu discurso a partir do entendimento de que o reconhecimento de certos direitos humanos – como, por exemplo, o direito às cotas nas universidades públicas – acaba por dividir a sociedade brasileira, colocando certos segmentos sociais contra outros. Eles propõem a unificação do povo em torno de um ideal comum, baseado na meritocracia e na igualdade. O MVR, por outro lado, acredita que o Estado não deve interferir na liberdade de autodeterminação dos sujeitos.

Em relação ao projeto econômico, forma-se um quadro distinto. Os quatro movimentos se colocam em relações de equivalências por oporem-se às políticas econômicas do governo Dilma. Contudo, se estabelecem relações de diferenças entre eles, na medida em que o ROL e MEB filiam-se a concepções intervencionistas-desenvolvimentistas e o MBL e o MVR a posições liberais de menor intervenção.

O ponto de convergência que coloca os movimentos em relações de equivalências diz respeito à oposição que estes mantêm em relação ao projeto de desenvolvimento econômico implementado durante os governos Lula e Dilma. A tônica das críticas centra-se na ausência de incentivos aos médio e pequenos empresários, que estariam submetidos

a uma carga tributária e responsabilidades trabalhistas desproporcionais, enquanto o sistema financeiro goza de uma série de benesses e incentivos. O descontentamento dos movimentos é sintetizado na seguinte postagem, realizada no Facebook pelo MEB em agosto de 2016:

É a classe média hoje o verdadeiro “negro” do Brasil: paga impostos abusivos; não utiliza um miserável serviço do estado, sendo obrigada a arcar com os custos de saúde, educação e segurança; tem perdido progressivamente a capacidade de consumo e de poupança; é o esteio das políticas ditadas sociais do governo, e, por que não lembrar?, ninguém a protege: estado, ONG, igrejas, nada... Está entregue a si mesma: nas escolas, nas ruas, nos campos, nos aeroportos (MEB, postado no Facebook em 27/08/16).

A despeito do diagnóstico, nem todos os movimentos centram na economia os esforços para melhorar o país: enquanto o MBL e o MVR são responsáveis por 197 das postagens sobre o tema, o ROL e o MEB falam sobre o assunto 40 vezes. Isso demonstra a primeira diferença entre os dois grupos de movimentos expressa no gráfico acima: o projeto de nação defendido pelos dois primeiros tem na economia seu pilar, ao passo que para os dois segundos as transformações morais são a base. Para o MBL e o MVR, a defesa do sistema capitalista é central para promover o desenvolvimento nacional, sendo que a defesa da livre iniciativa é fundamental para garantir a liberdade. Esses movimentos convergem acerca da necessidade de reduzir o tamanho das estruturas estatais, promovendo privatizações e enxugamentos no número de servidores. Isso fica expresso no seguinte trecho, compartilhado pelo MBL:

O problema econômico do Brasil hoje é que temos mais dependentes do Estado do que empreendedores livres, não se produz tanta riqueza e nem os serviços estão voltados a satisfazer a sociedade. É preciso reduzir a carga tributária, vender as empresas públicas e reduzir os impostos (MBL, postado no Facebook em 12/06/16).

Os dois movimentos se diferenciam no entendimento sobre os limites da atuação estatal na promoção do desenvolvimento econômico. O MBL, filiando-se à corrente austríaca e aos estudos de Ludwig Von Mises, entende que qualquer atuação estatal gera um desequilíbrio. Explicam eles que:

Ludwig Von Mises é o criador de um conceito de nome difícil, mas de fácil compreensão: a praxiologia. Ele quer dizer que os seres humanos agem para sair de uma situação de desconforto para uma de maior conforto, sempre almejando melhorar sua situação em relação ao momento anterior. Nesse sentido, as principais leis da economia – como a da utilidade marginal, da oferta e demanda – decorrem da ação humana. Por isso, a interferência do Estado não é bem vinda. Ele restringe as liberdades individuais, tolhe a livre iniciativa. Mises previu a impossibilidade teórica e prática do socialismo, apontou os problemas da burocratização e previu que somente uma sociedade liberal é capaz de garantir mobilidade social, tolerância e real igualdade (MBL, postado no Facebook em 16/05/16).

O MBL apresenta um plano econômico, baseado na cooperação social, ao qual caberá à iniciativa privada promover a satisfação das necessidades humanas. O Estado, nesse sentido, deve ter o menor tamanho possível e intervir minimamente na organização da sociedade. Eles creem que o próprio ser humano tem condições de sozinho melhorar a sua situação financeira e as suas perspectivas de desenvolvimento. As políticas sociais, nesse sentido, são como ervas daninhas que prejudicam a estruturação econômica, reduzindo as potencialidades e instituindo privilégios alienantes.

O MVR, por sua vez, não explicita as correntes econômicas que o influenciam. Ele compartilha com o MBL a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, mas se afasta desse na medida em que compreende ser dever do Estado a garantia mínima de certos direitos. As lideranças do MVR esclarecem que “acreditamos que o capitalismo seja o único sistema que esteja de acordo com as qualidades humanas, promovendo inclusive melhores condições de vida” (MVR, postado no Facebook em 17/04/16). Nesse sentido, defendem que “qualquer medida que restrinja a livre-iniciativa deve ser banida, porque ela ataca o direito fundamental à propriedade e a liberdade” (MVR, postado no Facebook em 03/08/16). Inserido nessa lógica, esclarecem que “acreditamos que o Estado deve se conter, não assumindo um tamanho maior do que o necessário. Os impostos devem ser revertidos em benefícios aos cidadãos” (MVR, postado no Facebook em 09/05/16). As lideranças do movimento consideram “complicado dizer, em termos estatísticos e monetários, o que o Estado deve ser. Tem certos momentos que se exige mais e outros que se exige menos. É tudo causal” (MVR, postado no Facebook em 18/02/16). Seu projeto econômico está centrado em dois pontos cruciais: o Estado precisa reduzir a carga tributária como forma de incentivo ao empreendedorismo, ao mesmo tempo que deve otimizar a arrecadação para tornar mais eficientes os serviços públicos.

Em relação aos movimentos MEB e ROL, o baixo número de postagens sobre o tema deixa evidenciado, pelo menos no período analisado, que não se trata de uma questão central. O ROL afirmou que possui “economistas que participam do grupo, mas ainda não chegamos a algum tipo de proposta. Nosso único interesse agora é tirar corruptos do poder” (ROL, postado no Facebook em 13/05/16). Apesar de tais circunstâncias, verifica-se que esse movimento acredita que a garantia de segurança pública se coloca como uma grande alternativa para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, “porque só assim o trabalhador tem certeza que vai chegar em casa, que pode abrir a loja e trabalhar tranquilo” (ROL, postado no Facebook em 21/05/16). No discurso

do MEB, por outro lado, a questão econômica aparece muito atrelada ao fortalecimento das fronteiras nacionais e garantia da soberania. O movimento acredita que “desenvolvendo economicamente as cidades fronteiriças, elas se tornarão automaticamente mais populosas. Assim fica mais fácil de proteger nossa terra” (MEB, postado no Facebook em 19/02/16). Nos dois discursos, diferentemente do MBL e do MVR, a questão econômica está a serviço de outro objetivo maior: o bem-estar do cidadão de bem no primeiro caso e a proteção da soberania no segundo.

Em relação ao significativo projeto político-administrativo, verifica-se que os movimentos se colocam em relações de equivalências por conta das críticas dirigidas à gestão do PT, culpada por “transformar a corrupção em uma epidemia. Eles ampliaram o Estado para incluir todos que concordam com essa visão horrível da política” (MVR, postado no Facebook em 03/05/16). As relações de diferenças, porém, desenham um cenário mais complexo: a análise dos sentidos discursivos articulados pelos movimentos demonstra que, enquanto o MBL e o MVR mantêm suas particularidades, o ROL e o MEB formam uma nova relação de equivalência.

Diferente dos demais, o MBL acredita que a solução para a crise institucional instaurada no Brasil é o parlamentarismo. Defende que centralizar a figura do chefe de governo e de Estado em uma pessoa é extremamente perigoso, porque “quem assume esse cargo vira um grande déspota, e nem sempre está à altura desse poder” (MBL, postado no Facebook em 15/03/16). Se adotado o parlamentarismo, os partidos teriam maior fidelidade ideológica e seria mais fácil para o eleitor fazer o controle de seus representantes. Dizem eles que “[N]o sistema parlamentarista, os partidos devem ter programas claros, caso contrário não se sustentam. Seria o fim dos políticos de ocasião, que teriam que se posicionar” (MBL, postado no Facebook em 17/05/16). Eles também propõem mudança na forma de seleção dos representantes, através da adoção do voto majoritário e distrital. Acreditam que é uma forma de reduzir os gastos de campanha e “liga o eleitor e o eleito. No Brasil, não é interesse do político estar vinculado com o seu eleitorado, porque assim ele vai ter que cumprir com suas promessas de campanha” (MBL, postado no Facebook em 12/04/16). Eles também propõem o fortalecimento do local sobre o nacional, com a inversão do pacto federativo. A base dos argumentos apresentados está na concepção de que “as prefeituras precisam ter assegurado o dinheiro para que elas consigam investir corretamente no que a população precisa” (MBL, postado no Facebook em 07/05/16).

Diferentemente do MBL, o MVR acredita que o problema do Brasil não está no formato institucional, mas na qualidade dos políticos. Eles desenham um modelo estatal acessível a todas as pessoas, através do qual todos se sintam cidadãos e partícipes da política: “é necessário que o Estado se adapte ao público. Torne as informações acessíveis. Um economista e um agricultor precisam compreender aquilo que está dito” (MVR, postado no Facebook em 26/04/16). Isso será atingido, segundo o movimento, através da ampliação das formas de participação política e pela definição de prioridades específicas. Dizem eles que “com uma estrutura simplificada, a burocratização também diminui. Fica mais fácil compreender o que é cada coisa, não vai ser necessário um grande esforço para o cidadão se sentir incluído” (MVR, postado no Facebook em 21/04/16). Eles buscam desenhar um modelo de Estado que viabilize a escolha das melhores lideranças políticas. Tal objetivo somente será atingido quando o Estado assumir uma postura mais simplista – elegendo um pequeno número de prioridades – e sejam concedidos maiores espaços de apropriação e participação do grande público, viabilizando a cobrança e fiscalização da atividade parlamentar.

Se há um distanciamento nas diferentes concepções do MVR e do MBL acerca do formato institucional mais adequado à democracia brasileira, o MEB e o ROL se aproximam por acreditarem que a consolidação da democracia perpassa o fortalecimento das Forças Armadas. Neste sentido, o ROL afirma que “é preciso valorizar os homens honrados do Exército se quisermos viver numa nação digna” (ROL, postado no Facebook em 30/05/16). O MEB diz que “o desenvolvimento nacional perpassa pelo devido reconhecimento do papel das Forças Armadas” (MEB, postado no Facebook em 02/06/16).

Contudo, apesar dos dois movimentos se aproximarem no que tange à necessidade de valorização militar, eles se afastam no entendimento do papel que a instituição deve assumir na democracia: enquanto o MEB compreende que é necessário valorizar as Forças Armadas, atribuindo-lhes maior dotação orçamentária, o ROL acredita que a única saída viável para salvaguardar a democracia da investida petista-comunista é a intervenção militar. Os argumentos do MEB partem da premissa de que a soberania nacional está posta em risco quando não há o devido investimento em segurança pública, na soberania nacional e no fortalecimento das fronteiras. Dizem eles que:

A verdade é que, apesar dos inúmeros benefícios que os militares trouxeram ao Brasil, a Constituição de 1988 foi muito injusta no tratamento que deu para eles. Eles sobrevivem com um orçamento baixíssimo há muito tempo. Defendem nossas fronteiras com honradez, mas com armas defasadas. Os militares dão muito ao Brasil, sem receber nada em troca (MEB, postado no Facebook em 30/01/16).

A principal reivindicação do movimento é a valorização das Forças Armadas como um órgão importante do Estado, desalojando-os do papel periférico dado aos militares para que eles ocupem lugares relevantes na estrutura estatal. Contudo, em relação ao *impeachment*, o movimento esclarece que “não queremos uma intervenção militar. Queremos que a saída da Dilma se dê dentro das regras democráticas. E que o próximo governo saiba valorizar os militares pelo poder de sua história” (MEB, postado no Facebook em 04/03/16).

Diferente do MEB, o ROL exige que os militares intervenham no país e restitua a ordem. O discurso intervencionista baseia-se na compreensão de que o PT rompeu com a ordem democrática, mediante o aparelhamento institucional e por meio de fraudes eleitorais. O diagnóstico do movimento é de que:

O país não está funcionando bem. Há gente do PT no Executivo, Legislativo e no Judiciário. Todos trabalham para o PT, e querem que ele se mantenha no poder. Aos poucos, vem sendo implementada uma ditadura no Brasil, de caráter comunista. A propriedade privada está ameaçada, a liberdade também. Está na hora das Forças Armadas assumirem o protagonismo na defesa do povo brasileiro. É urgente a intervenção militar, para que se retome a ordem!! (ROL, postado no Facebook em 16/12/15).

O movimento não acredita que o país consiga, por si mesmo, retomar a ordem democrática que crê ter sido rompida. Diagnosticando que “as instituições estão corrompidas. O PT comprou o congresso, o judiciário e os movimentos sociais” (ROL, postado no Facebook em 27/03/16), eles pedem “que Deus nos ilumine e conceda força moral para o Exército cumprir com seu dever com a pátria. É imprescindível que ele assuma o comando do Brasil” (ibidem). Conforme se verifica, eles consideram que as Forças Armadas deveriam se sub-rogar no lugar dos demais poderes, como única forma viável de proteger a democracia.

A análise desses quatro discursos, que mobilizam sentidos tão diferentes, indica uma importante diferenciação: embora próximos no espectro ideológico – auto identificando-se como movimentos de direita – cada um deles possui uma concepção de democracia diferente e age através de princípios próprios. Para o MBL, o Estado está voltado para o indivíduo. Por isso, ele possui uma preocupação maior em fortalecer o

local e garantir a interlocução entre o representante e o representado. O MVR, por sua vez, aproxima-se de um ideal de participação popular e fiscalização das contas públicas. Para ele, o Estado deve ser enxuto e eficiente na prestação de alguns serviços básicos. Para o ROL, democracia significa o bom funcionamento das instituições: daí porque eles exigiam a intervenção militar. O MEB, por sua vez, se coloca numa posição mais crítica. Ele acredita que, no Brasil, as Forças Armadas têm prestado um serviço essencial ao país sem ter o devido reconhecimento. A democracia, em certo sentido, assumiu o papel de apagar figuras históricas importantes, responsáveis por mudanças na estrutura social brasileira.

5. Conclusão:

O presente trabalho tem lugar em um contexto muito peculiar na historiografia brasileira entre os anos de 1988 a 2016. Trata-se de organizações que ganharam maior projeção e relevância a partir de 2014, propondo uma alternativa veementemente contrária ao governo de Dilma Rousseff, ao Partido dos Trabalhadores e aos movimentos e partidos autoidentificados com a ideologia de esquerda.

O papel desempenhado por aqueles movimentos é fundamental para que se possa compreender os acontecimentos que cominaram com o impeachment de Dilma Rousseff e principalmente com o fortalecimento do discurso da direita no contexto eleitoral recente. Eles não só foram eficientes na organização de grandes manifestações de magnitude nacional, como também fizeram ótimo uso das redes sociais para propagar suas ideias e construir a hegemonia política na sociedade brasileira no período analisado.

O principal objetivo dos movimentos, como vimos, foi a aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff, além da redução da influência de seu partido na política. Apesar de tal circunstância, a análise demonstra que as relações de equivalências estabelecidas entre os quatro movimentos não possuem unicamente um caráter reativo, tendo em conta que eles também apresentaram características propositivas sobre certas mudanças que visavam operacionalizar no campo social, a exemplo dos projetos de leis tratados nesta análise.

O forte antagonismo que caracterizou o período não apaga, portanto, as diferenças existentes entre os quatro movimentos. Trazer à luz essas diferenças discursivas e ideológicas foi certamente o principal achado deste texto. Assim, enquanto o MEB e o

ROL se articulam em torno de uma agenda moral mais conservadora, o MVR e o MBL demonstram maior preocupação econômica. Porém, até mesmo entre as duplas de movimentos próximos, registram-se distinções que, por vezes, são até mesmo antagônicas entre si. No que tange ao modelo político-administrativo, por exemplo, cada um dos discursos apresenta um projeto distinto, embora se registre maior proximidade discursiva entre o ROL e o MEB na defesa do papel a ser exercido pelas Forças Armadas. Tais circunstâncias permitem concluir que, embora os quatro discursos se posicionem no mesmo espectro ideológico, eles se constituem a partir de sentidos discursivos distintos, tendo, cada um deles, visões próprias sobre diferentes temas políticos. Disso decorre que a presunção de homogeneidade e coesão no discurso da direita não se confirma, visto que os sentidos discursivos que constituem este campo também estão em constante mudança e disputa.

Referências:

Amaral, Mariana. 2016. “Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment”. In *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria, e Murilo Cleto, 49-55. São Paulo: Boitempo.

Carvalho, Laura. 2018. “Lula en la cárcel: un fracaso de la conciliación?”. *Nueva Sociedad* 275, n° 1 (mayo-jun.): 14-22.

Datafolha. 2014. “Opinião Pública. Avaliação de Governo: Presidente - Dilma.” Acesso em: outubro 05, 2018. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/ndice-1.shtml>.

Datafolha. 2015. “Opinião Pública. Avaliação de Governo: Presidente - Dilma.” Acesso em: outubro 05, 2018. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/ndice-1.shtml>.

Datafolha. 2016. “Opinião Pública. Avaliação de Governo: Presidente - Dilma.” Acesso em: outubro 05, 2018. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/ndice-1.shtml>.

Dias, Tayrine. 2017. “É uma batalha de narrativas: os enquadramentos da ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

Gobbi, Diogo. 2016. “Identidade em ambiente virtual : uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

Laclau, Ernesto. 2008. “Posfácio”. In *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*, organizado por Daniel de Mendonça, e Léo Peixoto Rodrigues, 189-191. Porto Alegre: EdPUCRS, 2008.

Laclau, Ernesto, e Chantal Mouffe. 2015. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

Levitsky, Steve, e Kay Roberts. 2011. *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins.

Mendonça, Daniel de. 2015. “As jornadas de junho e a vontade dos iguais”. In *A democracia face às desigualdades: problemas e horizontes*, organizado por Luis Felipe Miguel et al., 59-80. São Paulo: Alameda.

Laclau, Ernesto. 2011. “Por que os significantes vazios são importantes para a política?” In *Emancipação e Diferença*, de Ernesto Laclau, 67-80. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Laclau, Ernesto. 2013. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.

- Mainwaring, Scott, Rachel Meneguello, e Timothy Power. 2000. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.
- MBL. 2015. “Manual do MBL para as Filiais Municipais”. Acesso em out 21, 2017. <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>
- Miguel, Luis Felipe. 2018. “A reemergência da direita brasileira”. In *O ódio como política*, organizado por Ésther Solano, 23-29. Rio de Janeiro: Boitempo.
- Mouffe, Chantal. 2005. *On the Political*. London: Routledge.
- Paiva, Denise, Silvana Krause, e Adriana Lameirão. 2016. “O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva.” *Opinião Pública* 22, n° 3 (dez.): 638-674.
- Panizza, Francisco. 2005. “Unarmed utopia revisited: the resurgence of left-of-centre politics in Latin America.” *Political Studies* 53, n° 4 (dez.): 716 – 734.
- Pimentel, Jairo. 2015. “Impeachment, oposição e autoritarismo - perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo.” *Em Debate* 7, n° 2 (abr.): 15-22.
- Pinto, Céli. 2016. “O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil.” *Sociedade e Estado* 31, n° spe: 1071-1091.
- Pinto, Céli. 2017. “A trajetória discursiva dos movimentos de rua no Brasil (2013-2015).” *Lua Nova* 100, n° 1 (fev.): 119-153.
- Sanahuja, José, Nicolás Comini. 2018. “Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis.” *Nueva Sociedad* 275, n° 1 (mai-jun.): 32-46.
- Singer, André. 2013. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas.” *Novos Estudos - CEBRAP* 97, n° 1 (nov.): 23 - 40.
- Tatagiba, Luciana, Thiago Trindade, e Ana Cláudia Teixeira. 2015. “CorruPTos: um ensaio sobre os protestos à direita no Brasil.” Acesso em: Abril 13, 2017. www.pdpp2015.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic
- Tatagiba, Luciana. 2014. “1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil.” *Política e Sociedade* 13, n° 28 (set.-nov.): 35-62.
- Torfin, Jacob. 1999. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell.
- TSE. 2014. “Estatísticas Eleitorais.” Acesso em: Outubro 05, 2018. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>.
- Uribe, Gustavo; Lima, Gabriela; Lima, Galeno. Manifestações contra a Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. Folha de São Paulo Online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>> Publicado em: 01 nov. 2014. Acesso em: nov. 2017.

Warren, Ilse. 2014. "Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política." *Caderno CRH* 27, n° 71 (maio-ago.): 417-429.

Wenman, Mark. *Agonistic democracy: constituent power in the era of globalization*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.